



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.045, DE 2015 **(Do Sr. Luiz Couto)**

Institui a obrigatoriedade da presença de comissário(a) de bordo, na cabine de aeronaves, na ausência de piloto ou copiloto.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2191/2015.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade da presença de comissário(a) de bordo na cabine de aeronaves, de qualquer Empresa da Aviação Civil, na ausência de piloto ou copiloto.

Parágrafo único. A obrigatoriedade a que se refere esta Lei aplica-se a toda e qualquer aeronave, de qualquer Empresa da Aviação Civil, destinada ao transporte aéreo de passageiros, durante todo o trajeto de voo e independente de sua duração.

Art. 2º O comissário de bordo autorizado a substituir o piloto ou copiloto em suas ausências na cabine da aeronave deve receber treinamento adequado, no mínimo, durante 60 (sessenta) dias em simulador de voo, sob a responsabilidade da empresa aérea.

Art. 3º O descumprimento desta norma acarretará o pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), reajustados anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), a ser cobrada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, por força do art. 6º, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, da empresa responsável pelo transporte aéreo, para pagamento em até 30 (trinta) dias, a contar da notificação do auto de infração.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, assistimos ao trágico acidente aéreo com a aeronave da empresa alemã Germanwings, ocorrido em 24 de março de 2015. No referido episódio, cujas causas ainda estão sendo investigadas, o copiloto teria aproveitado a saída do piloto da cabine de comando e trancado a porta internamente, momento em que teria programado a perda de altitude da aeronave, que veio a chocar-se contra os Alpes franceses.

A intenção do presente projeto de lei é obrigar a permanência de um comissário de bordo, devidamente treinado em simulador de voo, na cabine da aeronave nas ausências do piloto ou copiloto, a fim de que haja pelo menos duas pessoas autorizadas na cabine de comando das aeronaves das empresas

operadoras de transporte aéreo de passageiros, durante todo o voo, sendo que ao menos uma dessas pessoas seja piloto.

Pretendemos que eventos, como o ocorrido na Europa, não se repita em território nacional, sendo justo exigir que as empresas aéreas adotem essa medida em prol da segurança do voo e da vida dos passageiros.

Pelo exposto, peço apoio dos nobres congressistas para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 2015.

LUIZ ALBUQUERQUE COUTO

Deputado Federal PT/PB

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005

Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC

Art. 6º Com o objetivo de harmonizar suas ações institucionais na área da defesa e promoção da concorrência, a ANAC celebrará convênios com os órgãos e entidades do Governo Federal, competentes sobre a matéria.

Parágrafo único. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANAC tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica, ou que comprometa a defesa e a promoção da concorrência, deverá comunicá-lo aos órgãos e entidades referidos no caput deste artigo, para que adotem as providências cabíveis.

Art. 7º O Poder Executivo instalará a ANAC, mediante a aprovação de seu regulamento e estrutura organizacional, por decreto, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. A edição do regulamento investirá a ANAC no exercício de suas atribuições.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO